

As línguas nativas de São Tomé e Príncipe como línguas de herança²⁶

The native languages of São Tomé and Príncipe
as heritage languages

Tjerk Hagemeijer

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal)

tjerk@edu.ulisboa.pt

Recebido: 14-04-2025

Aceite: 25-04-2025

Publicado: 25-06-2025

RESUMO: As três línguas nativas de São Tomé e Príncipe, o angolár, o forro e o lung'ie, cuja formação remonta à fase de povoamento das ilhas, constituem, porventura, a face mais visível de uma nova sociedade e de novas identidades que se foram construindo. Outrora amplamente faladas, hoje são línguas minoritárias ameaçadas face ao papel hegemónico do português. Em virtude das suas características sociais e linguísticas, propomos que devem (também) ser tratadas como línguas de herança, com falantes de herança, cujo declínio se observa simultaneamente a nível individual (erosão linguística) e societal (*shift* ou substituição). Face à

²⁶ Este trabalho foi produzido no âmbito do financiamento estratégico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal), com a referência UIDB/00214/2020. Agradeço aos companheiros de longa data, Beatriz Afonso e Castrino Alcântara, a discussão de vários aspetos de uma primeira versão deste trabalho.

situação cada vez mais crítica em que este património linguístico se encontra, revemos, sumariamente, o seu estado de documentação e planeamento e esboçamos algumas considerações gerais relativamente ao processo de revitalização linguística.

PALAVRAS-CHAVE: São Tomé e Príncipe; Línguas nativas; Línguas minoritárias; Línguas de herança; Revitalização linguística.

ABSTRACT: The three native languages of São Tomé and Príncipe, Angolar, Forro, and Lung'ie, whose formation dates back to the settlement of the islands, are perhaps the most visible face of a new society and new identities that have emerged. Once widely spoken, they are now minority threatened minority languages in light of the hegemonic role of Portuguese. Due to their social and linguistic characteristics, we propose that they should (also) be treated as heritage languages, with heritage speakers, whose decline is observed simultaneously at the individual level (attrition) and societal level (shift). In view of the increasingly critical situation in which this linguistic heritage finds itself, we briefly review their state of documentation and planning and outline a few general points concerning the process of linguistic revitalization.

KEYWORDS: São Tomé and Príncipe; Native languages; Minority languages; Heritage languages; Language revitalization.

Introdução

Foi num contexto de exploração económica e escravatura, promovida pelo regime colonial português, que o século XVI assistiu ao surgimento das línguas nativas de São Tomé e Príncipe, o angolar, o forro e o lung'ie, enquanto produtos do contacto entre o português

e línguas africanas continentais.²⁷ Estas novas línguas e o património que encerram fazem parte das fundações de uma nova sociedade (e.g., Castro Henriques, 2000) e contribuem para a construção da identidade nacional.

A evidência histórica disponível sugere que pelo menos até finais do século XIX as línguas nativas, e particularmente o forro, que das três foi sempre a língua com mais falantes, eram as mais amplamente faladas nas ilhas (Hagemeyer, 2018). Contudo, esta situação começa a alterar-se a partir de finais do século XIX, devido a fatores como a instituição do regime do contrato, a partir de 1876, a estigmatização e menorização destas línguas, especialmente nas últimas décadas do período colonial e a democratização do português por via do estatuto de língua oficial exclusiva depois da independência (e.g. Bouchard, 2019; Hagemeyer, 2018). Atualmente, elas são fortemente minoritárias em relação ao português e encontram-se ameaçadas.

Este artigo visa, por um lado, enquadrar as línguas nativas de São Tomé e Príncipe na área de investigação sobre línguas de herança (LH, *heritage languages*), que se ocupa de questões em torno de bilinguismo societal e individual, e, por outro lado, abordar questões relacionadas com a revitalização do património linguístico.

A secção 2 introduz os conceitos LH e falantes de herança, aprofundando questões sociais e linguísticas que os norteiam, tanto no plano individual como coletivo; na secção 3 argumenta-se que as

²⁷ Estas línguas também são conhecidas por outros nomes na literatura, por exemplo (lunga) ngola, (lungwa) santome e principense, e, mais geralmente, crioulos (de base lexical portuguesa). Neste texto, optamos pela designação línguas nativas, evitando o termo 'crioulo'.

características sociais e linguísticas das línguas nativas e dos seus falantes se coadunam com a tipologia das LH; a secção 3 escrutina as iniciativas que têm sido desenvolvidas para promover as línguas nativas, desembocando na secção 4, que consiste numa reflexão sobre a revitalização linguística do património linguístico em risco, propondo algumas soluções no sentido de o integrar mais ativamente na vida do Estado.

Línguas e falantes de herança

A área de estudo que tem como objeto as LH tem vindo a crescer substancialmente nas últimas décadas, centrando-se em aspetos sociolinguísticos e linguísticos que caracterizam realidades linguísticas minoritárias que existem um pouco por todo o mundo.

Do ponto de vista sociolinguístico, as LH são, frequentemente, línguas faladas por populações que migraram para um espaço geográfico onde uma outra língua é dominante (ou maioritária) e pelos seus descendentes, como por exemplo o espanhol nos EUA, o português em França ou na Suíça, o forro ou o ucraniano em Portugal ou o cabo-verdiano em São Tomé e Príncipe. Embora as LH sejam muitas vezes línguas faladas por diásporas, também abrangem línguas minoritárias faladas por minorias históricas numa determinada região de um Estado, como por exemplo as línguas ameríndias no continente americano, o mirandês em Portugal ou o bretão em França (e.g., Valdés, 2005). Estas línguas encontram-se frequentemente ameaçadas ou em declínio, especialmente do ponto de vista do número de falantes, por falta de transmissão, e dos domínios de uso.

Os falantes de herança (*heritage speakers*) são bilingues no sentido lato do termo, porque falam, de forma mais ou menos fluente, a língua dominante da sociedade em que se encontram e apresentam uma competência linguística variada na LH, em função do grau de exposição, que é condicionada por variáveis sociolinguísticas. Os falantes de herança podem ser fluentes na sua LH, por exemplo no caso de se tratar de emigrantes adultos da primeira geração; contudo, a partir da segunda geração apresentam tipicamente evidência de erosão linguística (*language attrition*), o que na prática significa que a sua competência linguística apresenta características distintas da de um falante L1 fluente. Entre os falantes de herança encontram-se, por exemplo, bilingues recetivos, isto é, aqueles que apenas compreendem a LH e não a falam, sendo apenas fluentes na língua dominante da sociedade ou até, para autores como Fishman (2006), falantes de herança que têm apenas uma ligação identitária à LH, sem apresentar qualquer competência linguística nessa língua. Está subjacente a estes casos mais extremos que a LH já deixou de ser transmitida na comunidade.

Os estudiosos consideram a LH como o L1 ou um dos L1 do falante, no sentido em que existe, desde a tenra idade, exposição à LH, tipicamente no contexto doméstico, diferenciando os falantes de herança de falantes que foram expostas a uma nova língua numa fase mais tardia, por exemplo uma criança ucraniana que chega a Portugal com 6 anos, para a qual o português é L2, mas que, ainda assim, desenvolverá uma competência (praticamente) nativa.

Flores (2013) elenca vários fatores que desencadeiam a erosão linguística de uma LH. Primeiro, a probabilidade de perda de

proficiência na LH correlaciona-se com a idade de exposição à língua maioritária da sociedade: quanto mais cedo um falante for exposto a essa língua, maior será a probabilidade de perda de proficiência na LH, uma vez que a língua da sociedade se torna a sua língua dominante (ou primária). Segundo, a existência de uma diglossia instável favorece a língua maioritária, porque esta é usada em mais domínios, como por exemplo na educação, administração e comunicação social. Como a LH é tipicamente a língua da oralidade, o seu uso tende a ser mais circunscrito (contexto doméstico, informal, etc.). As consequências desta situação verificam-se tanto a nível individual como coletivo. Individualmente, há perda de fluência e competência linguística, o que origina perfis de bilinguismo subtrativo ou recetivo (passivo). Se esta tendência for generalizada e continuada, a sociedade encontra-se num processo de substituição linguística (*language shift*), em que os falantes de herança adotam de forma maciça a língua maioritária. O terceiro aspeto referido por Flores é o efeito do contacto de línguas, que consiste na transferência de léxico e traços gramaticais da língua maioritária para a LH.

Os sintomas de erosão linguística manifestam-se no léxico e em todos os domínios da gramática (e.g., Flores, 2013; Montrul, 2013). Um lusodescendente de segunda ou terceira geração em França, por exemplo, terá como língua dominante o francês e na sua LH, o português, haverá empréstimos do francês e traços gramaticais que não convergem com os de falantes L1 do português em Portugal. No domínio fonético-fonológico, por exemplo, os falantes de herança costumam apresentar marcas da língua dominante (neste exemplo, seria uma pronúncia portuguesa que denunciasses o contacto com o

francês), embora estas marcas tendam a ser mais discretas do que as dos adultos que aprendem uma L2 (por exemplo, um adulto francês que aprenda o português como L2).

A título ilustrativo, vejam-se os exemplos em (1) a (3), retirados de trabalhos produzidos na década de 2000 no âmbito de um curso de e-learning do então Instituto Camões. Trata-se da produção escrita de jovens lusodescendentes de 7/8 anos que residem num cantão suíço de língua francesa.

- (1) *Quando eu tem **congé** vou jogar ao **ordinateur** com amigos.*
(Quando tenho tempo livre, vou jogar no computador com os amigos)
- (2) *Eu neuci **em** suíça e os meus pais **neuceu** em Portugal.*
(Nasci em Portugal e os meus pais nasceram em Portugal)
- (3) *Eu vou **em** Portugal nas férias.*
(Vou a Portugal nas férias)

Ignorando aspetos situados na aquisição da escrita, e lembrando que o português não é a língua dominante destes jovens, destacamos nas frases acima os empréstimos do francês e questões relacionadas com a determinação, concordância e regência verbal.

Línguas de herança em São Tomé e Príncipe

Por motivos sociais, históricos e políticos que marcam o último século e meio, o português é atualmente a língua mais falada no arquipélago e, regra geral, a L1 ou língua primária da população. As línguas nativas, outrora as mais faladas, estão em declínio do ponto de vista do número de falantes, dos domínios de uso e da competência linguística dos falantes. Esta tendência é facilmente evidenciada ao

comparar os dados do primeiro e do mais recente recenseamento nacional, de 1981 e 2012 respetivamente.

Quadro 1. Dados dos censos nacionais relativos ao uso de línguas em São Tomé e Príncipe.

| | População | Português | Forro | Lung'ie | Angolar | Cabo-verdiano |
|-------------|------------------|---------------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1981 | 96.661 | 60.519 (62,6%) | 54.387 (56,3%) | 1.533 (1,6%) | - | - |
| 2012 | 173.015 | 170.223 (98,4%) | 62.707 (36,2%) | 1.753 (1,0%) | 11.377 (6,6%) | 14.654 (8,5%) |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe.

O quadro mostra a ascensão do português face às outras línguas e a diminuição percentual do forro e do lung'ie (para o angolar e o cabo-verdiano não existem dados anteriores a 2012). É necessário salientar que estes números e percentagens podem não refletir de forma totalmente fiel a realidade no terreno. No caso do lung'ie, em particular, os diferentes especialistas estimam que na ilha do Príncipe o número de falantes ativos do lung'ie é de 20 a 30 (Maurer, 2009) ou de cerca de 200 (Agostinho, 2015). No censo de 2012, havia 525 falantes no Príncipe e 1.228 em São Tomé (predominantemente no distrito de Água Grande), o que na prática provavelmente significa que o uso real da língua é ainda mais limitado do que sugere o censo. Em relação ao forro, os dados mais detalhados do censo, discutidos em Hagemeijer (2018), mostram que há progressivamente mais falantes nas faixas etárias mais velhas, o que está em linha com a perceção de que há cada

vez mais monolíngues em português, especialmente nas faixas etárias mais jovens.

Face a esta realidade, verifica-se que os aspetos sociais e linguísticos que caracterizam as LH e os seus falantes, apresentados na secção anterior, se aplicam ao contexto de São Tomé e Príncipe. As três línguas nativas são línguas da oralidade e têm um alcance, em termos dos espaços e domínios de uso, cada vez mais reduzido. Nos contextos onde as línguas nativas (e o cabo-verdiano) ainda são transmitidas entre gerações, o português (de São Tomé) também costuma estar presente, o que significa que as crianças têm, desde muito cedo, exposição à língua nacionalmente dominante e de maior prestígio.

Este quadro promove a erosão linguística individual da LH e a sua substituição coletiva pelo português, sendo possível estabelecer um paralelo com as LH em contexto de emigração, visto que nos dois casos as gerações mais velhas são as mais fluentes nas LH. Com o passar das gerações, a LH perde, progressivamente, vitalidade e pode ficar na iminência de desaparecer. Adotando a tipologia de cenários de erosão apresentada em Grenoble e Whaley (2006), por exemplo, as línguas nativas em São Tomé e Príncipe estão na categoria de erosão gradual, em que o processo de substituição linguística pela língua maioritária vai corroendo e reduzindo cada vez mais os núcleos minoritários.

Por fim, tal como em outros contextos de LH, as línguas nativas são linguisticamente permeáveis à língua maioritária, com a qual estão permanentemente em contacto.

Há também algumas especificidades que podem ser consideradas atípicas no quadro das LH, uma das quais é o facto de não serem apenas transmitidas como L1 de pais para filhos num contexto doméstico como também de outras formas, especialmente no caso do forro. Por um lado, sabemos, de entrevistas realizadas em São Tomé, que era tradicionalmente comum as avós ou as pessoas mais velhas em geral assumirem o papel de ama e transmitirem a LH para os netos ou os mais novos. Contudo, mesmo que este modelo de organização social continue a ser praticado, na atual geração de avós o português está já muito mais enraizado do que no passado. Por outro lado, a exposição ao forro também pode ocorrer (ou ser reforçada) num plano societal mais alargado, visto que há contextos onde o forro continua a ser usado (ao lado do português), quer na cidade, por exemplo na feira, quer em determinadas áreas rurais. Além disso, a música em forro continua a gozar de bastante popularidade, sendo um recurso importante para a vitalidade da língua.

Em suma, existem, até hoje, oportunidades de exposição ao forro que vão resistindo ao papel hegemónico do português. Contudo, as gerações mais novas que ainda são falantes e beneficiam destas oportunidades já não são plenamente expostas a esta LH, socializam em português e estão, por isso, num amplo espectro de competência linguística.

Em relação aos efeitos do contacto de línguas, há também uma diferença importante em relação a contextos de LH “típicas”, onde é normalmente a língua maioritária da sociedade que impacta a LH, e não o contrário, uma vez que diversos estudos sobre o português de São Tomé concluem que as línguas nativas, em particular o forro, estão

na origem da reestruturação do português, tanto a nível lexical como a nível gramatical (e.g., Afonso, 2008; Gonçalves, 2016; Lima Afonso, 2009), o que nos parece dever-se, em boa parte, ao facto de as línguas nativas terem sido, historicamente, as L1 mais faladas, num contexto onde o português era adquirido como L2. Assim, no processo de transição de português L2 para L1 que tem caracterizado a história recente de São Tomé e Príncipe, retiveram-se traços lexicais e gramaticais deste português historicamente “remodelado”. Por outro lado, apesar de ainda ser pouco estudado, é expectável que o impacto inverso, do português (local) sobre as línguas nativas, seja hoje mais relevante do que no passado, devido à reconfiguração da relação entre estas línguas, com a inversão dos papéis de L1 e L2.

Os testemunhos de falantes relativamente às línguas nativas, recolhidos em entrevistas semiestruturadas para o corpus PALMA do português de São Tomé (Gonçalves *et al.*, 2021), dão conta das questões que foram abordadas acima. Os primeiros dois corroboram a ideia de que existe frequentemente uma rutura geracional do ponto de vista da transmissão do forro.

- () porque agora dificilmente as crianças sabem falar crioulo forro // mas anteriormente as crianças toda / quer dizer a maioria / das crianças são-tomense falavam fluentemente o forro / mas agora está difícil // de vez em quando há histórias que nós contamos para criança / que elas pedem para traduzir // quando contamos em língua crioula e elas pedem para traduzir porque não entendem o crioulo / mas anteriormente todas crianças sabiam / como estavam habituadas a viver com avó // as avós falavam o crioulo forro

(Entrevista de 2011 a um bilingue português/forro de 34 anos)

() - o forro / por exemplo, sabe falar?

- um bocado / muita coisa também dou erros / mas entendo /
entendo bastante

- mas costuma falar em casa?

- em casa falo pouco / porque os meus filho não entendem nada //
assim na brincadeira às vezes aqui a divertir com eles é que eu falo
/ põem-se a rir comigo / não entendem nada / não entendem //
mas eu falo de vez em quando assim / mas com vizinhos / pessoas
assim da minha idade / eu costumo falar

(Entrevista de 2008 a uma bilingue português/forro de 39 anos)

Outros testemunhos apontam para o fenómeno da erosão linguística (individual) e do contacto com o português.

() porque não posso dar ao luxo de dizer que falo o crioulo forro com toda a fluidez / porque eu também tenho dificuldades / mesmo na escrita / mas é verdade que compreendo o crioulo forro // melhor do que todas essas línguas estrangeiras / tanto o francês como o inglês

... o que eu acho é que o forro tornou uma língua especial / ela já não é falada da forma como era falada antes / com todos os seus ingredientes / tudo isso faz parte da própria evolução e transformação da língua // e essa transformação implica um pouco de miscigenação com o português

(Entrevista de 2008 a um bilingue português/forro de 33 anos)

() - sabe falar essa língua (forro)?

- ah um bocadinho / bocadinho // entender eu entendo / mas não sei falar muito bem o crioulo / porque às vezes posso misturar o crioulo com o português e não fica muito bem correto

(Entrevista de 2008 a uma bilingue português/forro de 23 anos)

Na prática, a erosão linguística manifesta-se a todos os níveis linguísticos. Dando apenas alguns exemplos, a nível lexical, no forro, verifica-se a presença de empréstimos do português (*antigamenti* em vez de, por exemplo, *djina tempu/djina txitxi*; *pasa* em vez de *vala* ‘passar (por)’; *frenti* em vez de *wê* ‘olho, (em) frente (de/a)’); *apesar* em vez de *mo*, etc.); a nível fonético, observa-se um uso cada vez mais alargado de vibrantes em grupos consonânticos, ataque e, mais raramente, coda (*traba* ‘trabalhar’, *ladron* ‘ladrão’, *garafa* ‘garrafa’, *apesar* ‘apesar’, etc.); a nível semântico, utiliza-se cada vez mais *prêndê* ‘aprender’ e *xina* ‘ensinar’ em vez de apenas *xina* ‘ensinar, aprender’; a nível sintático, a negação frásica com *nantan* ‘já não’ por vezes ocorre na forma *na...maxi* ‘não...mais’. A questão da erosão linguística requer mais investigação, sendo necessário avaliar tanto o plano social como linguístico.

Embora estes casos, isoladamente, talvez pudessem ser considerados exemplos de variação e mudança no forro, que, como qualquer língua se adapta à ecologia linguística em que se encontra, ocorrem num contexto em que há uma perda do número de falantes e de domínios de uso e de erosão generalizada devido à substituição linguística pelo português. Desse ponto de vista, é elucidativo que os

falantes mais jovens (e mesmo os não tão jovens) mencionam frequentemente que não compreendem certas expressões, máximas, provérbios, metáforas, etc. usados pelos falantes mais velhos e (que consideram) mais fluentes.

O estado de documentação e planeamento das línguas nativas

Para a vitalidade e os processos de revitalização linguística de LH minoritárias, a existência de produção nestas línguas e sobre elas é uma mais-valia importante. Em comparação com muitas outras línguas minoritárias, as línguas nativas de São Tomé e Príncipe estão relativamente bem documentadas, o que se deve, por um lado, à sua afirmação nacional no período pós-independente e, por outro lado, ao grande interesse que as línguas de contacto, em particular os crioulos, começaram a suscitar no mundo académico a partir dos anos 1960.

Nacionalmente, a afirmação das línguas e culturas locais manifesta-se em atividades e publicações na área da Cultura, sobretudo em torno do forro, como por exemplo festivais, colóquios, publicação de monografias, dicionários, cancionários e boletins (veja-se, a título de exemplo, a bibliografia em Araujo & Hagemeijer, 2013); organizou-se, em 2001, um Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais; em 2013 aprovou-se, por um período experimental de cinco anos, o Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe (ALUSTP), por via do decreto-lei 19/2013, publicado no Diário da República de São Tomé e Príncipe; hoje em dia as línguas nativas já constam, timidamente, dos programas de determinadas disciplinas no ensino secundário e universitário e têm algum espaço

na rádio e na televisão (Hagemeyer 2024; Hagemeyer, Gonçalves & Afonso, 2018). Internacionalmente, existe uma ampla produção acadêmica sobre as três línguas nativas, incluindo gramáticas, teses, dicionários e inúmeros artigos e capítulos de livros.

Em relação ao forro, merecem ser destacadas as iniciativas desenvolvidas em Santo Amaro, desde 2015, pela ONG espanhola Cooperación Bierzo Sur, que visam, entre outros, revitalizar a língua ao promover a ligação e a socialização entre as gerações mais velhas, falantes do forro, e as mais novas, onde esta língua está em vias de desaparecer, recorrendo a atividades, em forro, ligadas ao teatro, literatura/tradição oral, dança, legendagem de bandas desenhadas ou culinária, com resultados positivos (Montroy, 2023, 2024a, b; Montroy & Garcia-Azkoaga, 2024). Desta forma, promove-se a inclusão dos mais velhos, socialmente mais isolados, dando-lhes a eles e à língua que falam um papel de maior prestígio.

Para o lung'ie, a língua mais criticamente em risco de extinção, o Governo Regional do Príncipe procura, desde 2009, promover a transmissão do lung'ie nas escolas, com recurso a professores que são falantes nativos, registando-se também iniciativas na Rádio Regional do Príncipe e no Centro Cultural do Príncipe (Agostinho *et al.*, 2016) e, por exemplo, a publicação de um método de ensino da língua (Agostinho & Araujo, 2021).

O angolar, por sua vez, apesar de gozar ainda de uma relativa vitalidade para a qual contribuem, entre outros, a sua história, identidade e o maior afastamento geográfico do centro do poder, que está historicamente mais ligado ao forro, é provavelmente a língua que tem tido menos destaque no contexto nacional.

O património linguístico-cultural também tem marcado presença nas intenções políticas. Por exemplo, o programa do XI Governo Constitucional, de 2006, incluiu, nos valores culturais associadas à identidade nacional, a “[p]romoção do estudo das línguas nacionais, como forma de pugnar pela sua preservação e difusão”; o programa do XV Governo Constitucional, de 2013, que integra a “[p]reservação do património, mediante a criação de mecanismos legislativos que possam regular e classificar os patrimónios culturais naturais, materiais e imateriais, salvaguardando o acervo histórico nacional”; mais recentemente, o programa do XVIII Governo Constitucional, de 2022, defende a aposta “no conhecimento e na cultura, enquanto pressupostos de coesão social, promoção do turismo e internacionalização da identidade de um povo” e também previu “[r]ecuperar e preservar o património em degradação e representativo dos valores nacionais e portadores de referência e identidade são-tomense em risco de abandono e de extinção”.

Apesar de todas as iniciativas, publicações e intenções em prol do património linguístico minoritário de herança de São Tomé e Príncipe, falta-lhes frequentemente a consistência, concretização e sustentabilidade que seriam necessárias para conseguir combater mais eficazmente o declínio deste património imaterial único ligado intrinsecamente à cultura e história das ilhas.

Considerações sobre a revitalização linguística

Apesar de ser um dado adquirido que as línguas nativas se encontram numa situação extremamente preocupante, é de salientar que existem meios de diagnóstico sistemáticos para avaliar a

vitalidade de línguas ameaçadas. Um trabalho fundacional nesta área é Fishman (1991), onde se propõe uma escala de disrupção intergeracional com oito níveis, que foi expandida, posteriormente, por Lewis e Simons (2010). Com o mesmo objetivo, especialistas da UNESCO também elaboraram um documento que permite estabelecer o grau de risco em que uma língua se encontra, analisando diferentes parâmetros, que são a transmissão entre gerações, o número absoluto de falantes e a sua proporção no total da população, a vitalidade de domínios linguísticos e a receptividade a novos domínios e aos meios de comunicação social, a disponibilidade de materiais para o ensino na língua minoritária e o grau de literacia nela, atitudes e políticas linguísticas (UNESCO, 2003). Uma análise deste tipo permite identificar com mais precisão as áreas onde a intervenção é necessária ou deve ser prioritária.

Na proposta de Lewis e Simons (2010), o forro, por exemplo, estaria, possivelmente, no nível 6b. De acordo com este nível, a língua, ameaçada, é transmitida oralmente por todas as gerações, mas apenas uma parte dos falantes da geração em idade fértil transmite a língua aos filhos. Para a UNESCO, tratar-se-ia de uma língua vulnerável. Já no nível 7 da escala, os falantes da geração em idade fértil sabem a língua o suficiente para se comunicarem entre si, mas não a transmitem aos seus filhos. Esta situação corresponde à substituição linguística (pelo português) e colocaria a língua no patamar de língua em risco definitivo de extinção. Qualquer um destes dois patamares, para não mencionar outros, não é boa notícia para uma língua, pois prediz que se está a aproximar, de forma mais ou menos gradual, da extinção. O objetivo para uma língua no nível 6b seria alcançar o

patamar 6a, de acordo com o qual a língua é usada oralmente por todas as gerações e está a ser adquirida pelas crianças como L1, sendo, assim, uma língua vigorosa que está a salvo.

Uma vez estabelecido o diagnóstico, a parte mais difícil é efetiva e realisticamente promover uma maior integração das línguas minoritárias na sociedade, porque tal requer, entre outros, recursos humanos, financiamento e, sobretudo, passar das palavras aos atos. Hoje em dia já existe uma larga experiência acumulada em matéria de processos de revitalização linguística, com casos de sucesso e de insucesso (e.g., Crystal, 2000). Como não há dois contextos minoritários exatamente iguais, é preciso avaliar que tipo de intervenção funciona melhor, nomeadamente do ponto de vista da adesão popular. Iniciativas locais com resultados práticos positivos, como as da ONG Cooperación Bierzo Sur, referidas na secção anterior, podem ser replicadas ou adaptadas e amplificadas a nível nacional. A seguir, refiro, sucintamente, alguns aspetos básicos que devem nortear o processo de revitalização.

No caso de São Tomé e Príncipe, as línguas nativas são normalmente designadas de 'línguas nacionais', tal como acontece em outros espaços de língua oficial portuguesa em África. Considerando que esta designação não é jurídica e é aplicada simplesmente a tudo que não seja a língua oficial exclusiva (que também é uma língua nacional), seria primordial criar um estatuto legal que sinalizasse o compromisso com o património minoritário de herança, visando reconhecer, proteger e promover as línguas, considerando que o aumento do poder legítimo de uma língua ameaçada favorece a sua manutenção (Crystal, 2000). No contexto da Europa, por exemplo, a

maioria dos Estados assinou e ratificou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (Conselho da Europa, 1992), dando, por indicação própria, um estatuto e níveis de proteção, com medidas concretas, a muitas dessas línguas.

Do ponto de vista da visibilidade e da planificação das línguas nativas, seria igualmente crucial a criação de um gabinete ou instituto estratégico de apoio à planificação das línguas nativas, sob a tutela do ministério da Educação, Cultura e Ciências, uma vez que o desenvolvimento do património linguístico deve passar pelas atribuições deste ministério. Outros Estados de língua oficial portuguesa, para não ir mais longe, oficializaram línguas minoritárias, como o mirandês em Portugal, ou possuem entidades que se ocupam das suas minorias e/ou línguas minoritárias, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas no Brasil e o Instituto de Línguas Nacionais de Angola.

Sob os auspícios deste gabinete ou instituto, desenhar-se-iam estratégias de documentação, produção e transmissão de conhecimento relacionado com o património linguístico, inseridas nos eixos globais de planificação de uma língua, isto é, planear o estatuto, o corpus e a aquisição/disseminação, no sentido de se tentar reestabelecer e reforçar a transmissão entre gerações. Dado que São Tomé e Príncipe tem um grande défice do ponto de vista da disponibilidade física dos recursos que são produzidos sobre as suas línguas, sobretudo no exterior, parece-nos fundamental que esta entidade disponha de um acervo o mais completo e atualizado possível de materiais escritos em e sobre as línguas nativas, em

formato impresso e/ou digital, assim como de materiais relacionados com o planeamento de línguas minoritárias e ameaçadas.

A planificação do estatuto, como ponto de partida para o processo de standardização (ou normalização), centra-se na escolha da variedade de referência para cada uma das línguas nativas e será sustentada pelo corpus linguístico, que consiste na definição de uma escrita (para a qual, lembramos, já existe uma proposta - ALUSTP, 2013), na elaboração de dicionários, gramáticas descritivas, literatura (oral), materiais para o ensino, na produção de literatura nas línguas, etc. Este trabalho de base permite, por sua vez, que se avance para a preparação de agentes que possam promover a aquisição e disseminação das línguas, por exemplo através do ensino, dos meios de comunicação social e de atividades culturais. Deve também ser levado em consideração o facto de as línguas nativas serem três, faladas em regiões diferentes e por grupos com diferentes dimensões populacionais e características, o que requer uma abordagem diferenciada.

Crystal (2000) identifica vários aspetos gerais que considera de particular relevância na revitalização linguística. Estes fatores, que não discutirei em pormenor aqui, passam, genericamente, pelo aumento de prestígio, poder legal e económico, presença no sistema educativo, a capacidade de escrever uma língua e de estar presente no mundo tecnológico. Estes fatores, devidamente aprofundados, promoveriam, entre outros, a visibilidade de uma língua, a sua integração no funcionamento do Estado e a autoestima dos falantes. A importância deste último fator não pode ser menosprezada num contexto onde não raramente os falantes demonstram uma atitude

envergonhada em relação às línguas nativas, o que mostra que a revitalização deve ter em conta não apenas o estatuto minoritário das línguas como também o estatuto menorizado.

Os fatores referidos por Crystal têm como objetivo acrescentar valor às línguas minoritárias e ameaçadas e enquadram-se numa lógica socioeconómica de que existe um mercado e um capital linguístico (e.g., Bourdieu, 1991), onde as línguas são bens transacionáveis com valores económicos diferenciados em função de fatores como o número de falantes, a riqueza dos seus utilizadores e a sua centralidade, isto é, a sua ligação, em rede, a outras línguas através da competência dos seus falantes nessas línguas (e.g., de Swaan, 2001; Reto, 2012). De acordo com os cálculos de de Swaan, o português pertence ao restrito leque de línguas supercentrais (sendo o inglês a única língua hípercentral), ao passo que as línguas nativas seriam línguas periféricas, a categoria que agrega a maioria das línguas no mundo e que corresponde às mais frágeis na ótica economicista.

Aplicando a ideia do mercado linguístico a São Tomé e Príncipe, Bouchard (2019) considera que existe atualmente uma tensão entre duas ideologias. Por um lado, valoriza-se o conhecimento do português, a língua que é vista como um bem de prestígio e poder no mercado nacional e internacional; por outro lado, valorizam-se as línguas nativas como um símbolo de identidade autêntica e de nostalgia do passado, mercantilizadas como bens culturais transacionáveis, por exemplo através da música, dança, gastronomia e artesanato, por exemplo na indústria turística, onde são vistas como (mais) autênticas. De facto, a criação de valor económico associado a línguas minoritárias é um fator muito relevante na revitalização

linguística (Crystal, 2000), porque aumenta o seu prestígio aos olhos da comunidade. Contudo, para não se incorrer no risco de uma língua ficar refém de um processo de folclorização, retirando-lhe domínios de uso que são vitais para garantir a transmissão na comunidade, como já está a acontecer com as línguas nativas, é preciso diversificar os domínios de revitalização.

Em suma, se as línguas nativas forem consideradas um objetivo nacional prioritário face à ameaça de desaparecimento que paira sobre elas, urge pensar e construir caminhos com vista à sua revitalização.

Considerações finais

As três línguas nativas de São Tomé e Príncipe, o angolar, o forro e o lung'ie, são línguas minoritárias ameaçadas pelo português, língua que se tornou particularmente omnipresente e dominante (como L1) depois da independência. Devido a esta alteração profunda e relativamente brusca na relação de forças entre o português e as línguas nativas, propomos que as últimas sejam (também) consideradas línguas de herança, uma vez que apresentam as características sociais e linguísticas que as caracterizam, nomeadamente a substituição coletiva pela língua dominante e a erosão linguística, sempre numa perspetiva em que, do ponto de vista geracional, há uma diminuição do número de falantes face à língua dominante e da competência linguística (erosão) das gerações mais velhas para as mais novas.

A valorização das línguas nativas, enquanto património imaterial de herança e parte integrante da ecologia e de repositórios de conhecimento histórico, cultural, científico e linguístico, contribui

para a autoestima das comunidades e para a construção da identidade nacional. Ademais, o investimento nestas línguas também pode ser visto como uma aposta no ensino do português, porque o melhor conhecimento explícito destas línguas permitirá compreender e trabalhar melhor as áreas críticas da língua portuguesa falada em São Tomé e Príncipe.

Apesar de ser fulcral a adesão dos falantes e das comunidades a iniciativas de revitalização, cabe ao Estado garantir as condições financeiras, estruturais e logísticas para colocar em prática este processo, criando uma plataforma de diálogo entre agentes políticos, educativos, culturais e membros das comunidades e estabelecendo, idealmente, parcerias com instituições ou organizações (internacionais) que possam contribuir com *know-how* especializado. A revitalização das línguas minoritárias de herança pode não parecer ser uma matéria prioritária face às carências observadas em outras áreas, como a saúde ou a economia, mas face ao risco de extinção das línguas também não pode ser um assunto adiado *sine die*, sob pena do seu completo desaparecimento num horizonte talvez não tão longínquo. Daí ser importante invocar as palavras atribuídas a Alda Espírito Santo de as línguas nativas serem “o nosso bilhete de identidade”, lembrando que este bilhete de identidade precisa de ser urgentemente renovado.

Referências

Afonso, B. (2008). *A problemática do bilinguismo e ensino da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

- Agostinho, A. L. (2014). *Fonologia e método pedagógico do lung'ie*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Agostinho A. L. & Araujo, G. (2021). *Lung'ie, lunge no: Método para aprender lung'ie*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Agostinho A. L., Bandeira, M., Araujo, G. (2016). O lung'ie na educação escolar de São Tomé e Príncipe. *Trabalhos em Linguística Aplicada* 55(3), 591-618.
- Araujo, G. & Hagemeyer, T. (2013). *Dicionário livre do santome-português*. São Paulo: Hedra.
- Bouchard, M.-E. (2019). Language shift from Forro to Portuguese: Language ideologies and the symbolic power of Portuguese on São Tomé Island. *Lingua* 228. <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2019.06.013>
- Bourdieu, P. (1991). *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity Press and Blackwell.
- Castro Henriques, I. (2000). *S. Tomé e Príncipe: A invenção de uma sociedade*. Lisboa: Vega.
- Conselho da Europa (1992). *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias*.
- Crystal, D. (2000). *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press.
- de Swaan, A. (2001). *Words of the world: The global language system*. Cambridge: Polity Press and Blackwell.
- Fishman, J. A. (1991). *Reversing language shift*. Clevedon, UK: Multilingual Matters.
- Fishman, J. A. (2006). Three-hundred plus years of heritage language education in the United States. In G. Valdés, J. A. Fishman, R. Chávez, & W. Pérez (Eds.), *Developing minority language resources. The case of Spanish in California* (pp. 12-23). Clevedon: Multilingual Matters.
- Flores, C. (2013). Português língua não materna. Discutindo conceitos de uma perspectiva linguística. In R. Bizarro, M. Moreira & C. Flores

- (Orgs.), *Português língua não materna: investigação e ensino* (pp. 35-46). Lisboa: LIDEL.
- Gonçalves, R. (2016). *Construções ditransitivas no português de São Tomé*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, R., Hagemeyer, T., Alcântara, C., Cornejo, C., Madureira, R., Génereux, M., Mendes, A. (2021). *PALMA Corpus São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- Grenoble, L. A. & Whaley, L. J. (2006). *Saving languages: An introduction to language revitalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hagemeyer, T. (2018). From creoles to Portuguese: Language shift in São Tomé and Príncipe. In L. Álvarez López, P. Gonçalves & J. Avelar (Eds.), *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil* (pp. 169-184). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Hagemeyer, T. (2024). Portuguese in São Tomé and Príncipe. In U. Reutner (ed.), *Manual of Romance languages in Africa* (pp. 609-623). Berlin: De Gruyter.
- Hagemeyer, T., Gonçalves, R., & Afonso, B. (2018). Línguas e políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe. In P. Feytor Pinto & S. Melo-Pfeifer (Eds.), *Políticas linguísticas em português* (pp. 54-79). Lisboa: LIDEL.
- Lima Afonso, H. (2009). *Interferências linguísticas: um contributo para o ensino da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- Lewis, P. & Simons G. (2010). Assessing endangerment: expanding Fishman's GIDS. *Revue Roumaine de Linguistique* 55, 103-120.
- Maurer, Ph. (2009). *Principense – Grammar, texts, and vocabulary of the Afro-Portuguese creole of the island of Príncipe*. Londres: Battlebridge Publications.

- Montroy, M. (2023). Intergenerational project in Sao Tome and Principe. Observations on culture as a vehicle for the development of the elderly. In: *Proceedings from ICSD 2023. 2B. Linking the SDGs, disaster risk reduction, and climate change adaptation and mitigation in sustainable land use and development planning*. Global Association of Master's in Development Practice programs and Sustainable Development Solutions Network. <https://ic-sd.org/2023/10/25/proceedings-from-icsd-2023/>
- Montroy, M. (2024a). Dubbing as a tool for the integration of older people and language transmission. *Parallèles* 36(2).
- Montroy, M. (2024b). Las lenguas originarias en los proyectos de desarrollo. Un estudio de caso en Santo Tomé y Príncipe, 149-167. In F. López Castellano (dir.), *Desafíos y alternativas para el futuro global. Resistencias desde África y sus diásporas* (Colección Periferias). Granada: Editorial Universidad de Granada.
- Montroy, M. & I. Garcia-Azkoaga (2024). De la exclusión a la participación activa. Un proyecto de doblaje en lengua indígena minorizada. *Íkala Revista de Lenguaje y Cultura*, 29, 1-21.
- Montrul, S. (2013). Bilingualism and the heritage language speaker. In T. Bhatia & W. Ritchie (Eds), *The handbook of bilingualism and multilingualism* (pp. 168-189). Londres: Wiley-Blackwell.
- Reto, L. (coord.). 2012. *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto Editores.
- UNESCO (2003). UNESCO Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages. [*Language Vitality and Endangerment*](#)
- Valdés, G. (2005). Bilingualism, heritage language learners, and SLA research: Opportunities lost or seized? *Modern Language Journal* 89(3), 410-426.